

Potencial de aproveitamento de sítios arqueológicos para fins de musealização *in loco*: estudo de caso no Curimataú e Seridó da Paraíba

João H. Rosa
Juwandi S. Santos

ROSA, J.H.; SANTOS, J.S. Potencial de aproveitamento de sítios arqueológicos para fins de musealização *in loco*: estudo de caso no Curimataú e Seridó da Paraíba. R. Museu Arq. Etn. 39: 156-169, 2022.

Resumo: O objetivo do presente texto é discutir perspectivas de avaliação do potencial de criação de museus arqueológicos a céu aberto, propondo como ferramenta uma chave prévia de classificação baseada em aspectos físicos e institucionais, que avalia a capacidade de resposta para propostas de musealização de sítios no seu próprio local de implantação utilizando como amostra parcial duas regiões arqueológicas, Curimataú e Seridó, localizadas a nor-nordeste do estado da Paraíba. A chave utiliza 14 características básicas, que são classificadas de acordo com pesos de 0 a 2 e que, combinadas, resultam em uma pontuação supostamente indicadora da maior ou menor aptidão dos sítios analisados em receber intervenções de musealização *in loco*. O resultado obtido nessa iniciativa indicou que dos 17 sítios classificados, 53% apresentaram alto potencial, 29%, médio e 18%, baixo, não figurando nenhum sítio nos extremos “muito alto” ou “muito baixo”. O texto aponta ainda que essa proposta foi capaz de diagnosticar potencialidades e deficiências considerando características básicas e de fácil acesso a gestores e profissionais interessados.

Palavras-chave: Musealização *in loco*; Arqueologia; Curimataú; Seridó.

Introdução

Uma das tarefas ambicionadas no fazer arqueológico é a (re)construção do passado buscando interpretar a *passagem* humana em um determinado espaço físico e em uma janela temporal específica, criando para isso explicações das relações entre indivíduos e suas interações com as paisagens e os objetos.

** Arqueólogo na empresa Rastro Arqueologia. <rastro.arqueologia@gmail.com>

** Professor titular da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e curador do Museu de História Natural da mesma instituição. <juwandisouzasantos@gmail.com>

A arqueologia, sendo uma ciência de intrínseco caráter interdisciplinar, utiliza-se de vestígios e indícios provenientes de grupos humanos pretéritos para analisar seus aspectos básicos de organização social e *modus vivendi* (Funari 2002). Em consequente, configura-se como uma disciplina cujo objeto de estudo (e de resgate) é a cultura material de grupos antepassados (Pearce 1990 *apud* Vieira & Carmo 2019). Como consequência dessas definições, seria certo inferir que, no decurso das atividades arqueológicas mais básicas, observa-se a necessidade de salvaguarda e armazenamento adequado dos vestígios

materiais recuperados nos processos de salvamento e escavação, finda, naturalmente, a etapa subsequente de investigações científicas dispensadas aos objetos.

Com base no conhecimento dos artefatos e locais em que estavam, essa reconstrução do passado se dá na medida em que as marcas deixadas pelos indivíduos nos objetos e nos espaços são passíveis de interpretação atualmente, carregando pesos e medidas consolidados no tempo presente.

O exercício para conjugar observações sobre os elementos constitutivos de uma parte do passado humano requer perceber as mudanças provocadas pela ação humana sobre as coisas, sobre o que temos chamado de território em sentido mais amplo. Esse exercício carrega consigo valores e percepções posteriores às últimas transformações empreendidas no objeto analisado e são fruto dos critérios eleitos por quem observa, compara e julga.

Uma das formas de proporcionar essa possibilidade de recriação do passado é mostrar evidências arqueológicas a um público interessado, seja por meio de acervos em museus e/ou casas de memória – isto é, de forma física –, seja em documentários, textos etc. – de forma não tangível –, o que passa necessariamente por uma compreensão individual.

Assim, as representações do passado, em si, são um recorte baseado no olhar e conhecimento de quem decidiu narrar sobre determinado tema usando diferentes *mídias*. Temos com isso uma fração suposta da realidade material capturada, e, nesse caso, podemos dizer que estamos diante de uma “representação da representação” do passado.

Concebendo a possibilidade de autonomia da ciência arqueológica no trato dos bens materiais oriundos de suas pesquisas, é, no entanto, importante ressaltar a contribuição já consagrada da museologia para a preservação e disseminação do patrimônio material que atesta a milenar subsistência humana na superfície terrestre. Considerando-se a referida ciência para os efeitos pretendidos neste texto, como a investigação da relação entre o ser humano e o objeto material por ele produzido, ou mais incisivamente “o estudo

de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, fenômeno determinado no tempo, constitui-se numa das materializações [...]” (Desvallées & Mairesse 2013: 11), é possível compreender a intrínseca relação de complementariedade que a museologia e a arqueologia mantêm entre si.

Não se pode preterir, além disso, a lógica de apreensão presente no termo museologia, também incorporada à sua definição enquanto ciência, ou seja, o estudo do museu. Congruentemente, relaciona-se à pretensão de se desenvolverem técnicas e métodos específicos de *pesquisa, conservação, educação e organização* dispensados pelos museus ao acervo, isto é, ao patrimônio que salvaguardam e armazenam, advindo de incursões de arqueólogos aos férteis solos do passado (Gusmão 2013). Nesse sentido, evidencia-se, por mais um parâmetro, o (potencial) intercâmbio das duas ciências – museologia e arqueologia –, do ponto de vista da integração entre a produção do conhecimento científico e sua efetiva divulgação por meio do acesso democrático do público diverso, propósito primordial ao qual servem os museus.

A partir do exposto, partiremos a um problema que se fez presente nos trabalhos de investigação de muitos arqueólogos, como também suscitou inquietações em pesquisadores das demais ciências sociais, a saber, aquilo que Maria Cristina Bruno (1995: 95) denomina “exílio da memória”. No caso específico da arqueologia, isso se refere à ausência de conexão entre os vestígios de cultura material que são extraídos dos sítios no decurso de escavações e a produção de conhecimento científico e sua disseminação para o público, promovendo efetivamente aqueles de sentido histórico e de valor social.

Assim, o tratamento museológico dos artefatos ou vestígios de cultura material recuperados pelos arqueólogos torna-se indispensável. Predominando atualmente no Brasil um modelo ainda deficiente de conexão entre a arqueologia e a museologia, evidencia-se a mais basililar falha que tão comumente afeta as humanidades: entraves à interdisciplinaridade, quiçá advinda da

concepção de que essas ciências não são apenas autônomas, mas também independentes entre si. Wichers (2008) ressalta que esse equívoco, isto é, a falta de interconexão entre as disciplinas, é o principal causador de problemas na salvaguarda, na comunicação e, ademais, na socialização do diverso patrimônio material do qual o Brasil dispõe.

Para uma compreensão da necessária interação entre estudar, recuperar evidências e apresentá-las com sentido histórico e social, como antecipado anteriormente, é preciso passar pelo entendimento de que reconstruir o passado com base em vestígios arqueológicos requer um exercício interdisciplinar, o qual começa com a identificação de um mínimo de evidências que possam garantir que o local tenha sido palco de interações e transformações humanas. Na sequência, em geral, os espaços são estudados e registrados, e os artefatos arqueológicos móveis, oriundos desses estudos, são coletados e transportados para fora do ambiente de origem. Normalmente são armazenados em reservas técnicas para estudo minucioso individualizado, fornecendo suporte a interpretações sobre conjuntos e coleções. Após essa etapa, parte do conjunto coletado poderá servir a exposições visuais voltadas ao público interessado, atividade própria do campo da museologia.

O fato é que o aproveitamento do conhecimento gerado pelos estudos de sítios arqueológicos pode se dar de diferentes maneiras, além da interpretação publicada em textos e documentários, e a mais comum parece ser a transformação dos conjuntos recuperados dos sítios em acervos físicos dispostos em museus de modo a permitir interação visual com visitantes. Nesse caso, estamos diante de uma opção de representação baseada especialmente em evidências móveis. Mesmo que parte do cenário seja recriado como pano de fundo, ainda assim o que temos é um simulacro da realidade material fora do ambiente em que tais artefatos foram produzidos e utilizados.

Há uma razão para essa escolha de representação em forma de exposição visual, visto que para estudar determinados sítios,

as escavações terminam por desmontar o contexto em que os artefatos estavam. Com isso, temos um número significativo de material coletado que, obrigatoriamente, deverá ser transportado para fora do sítio, possibilitando inúmeras formas de aproveitamento dessas frações do passado.

Todavia, dependendo do tipo de evidências identificadas (móveis ou imóveis), temos uma forma que pode, a princípio, trazer mais elementos físicos para ajudar os visitantes na compreensão dos registros arqueológicos e possibilitar interações autônomas de representação do passado: a musealização *in loco*. Aproveitar o ambiente real em que os objetos e as evidências arqueológicas estavam/estão pode ajudar a preencher parte das lacunas de interpretação de quem visita acervos retirados do contexto de origem.

No nosso entendimento, a falta de estudos e levantamentos sistemáticos sobre a real situação do patrimônio material na esfera municipal pode contribuir negativamente para um baixo ou inexistente aproveitamento dessa expressão, além de não fortalecer noções de que se trata de um bem de direito difuso.

Ao que parece, conjugar elementos físicos e institucionais em um comparativo sistemático pode facilitar o entendimento dos pontos fortes e das possíveis deficiências, fazendo dessa iniciativa uma ferramenta capaz de diagnosticar e orientar políticas e ações de interesse coletivo para uma melhor gestão compartilhada do patrimônio cultural de cada município e, por consequência, um aproveitamento mais inclusivo e representativo de e por diferentes públicos. Compreender o potencial de *aproveitamento museológico* de cada município pode facilitar o fortalecimento de ações educativas e de conservação e preservação do patrimônio arqueológico e bens culturais conhecidos e a conhecer.

Assim, a musealização *in loco* traria benefícios importantes para suprir determinadas deficiências próprias da escolha por musealização extrassítio, como permitir a municípios que não têm casa de memória e/ou museus instalados aproveitar sítios arqueológicos que não apresentam material móvel, como sítios

rupestres¹, além de outros argumentos que serão abordados ao longo do texto.

Diante dessa suposição, decidiu-se construir um comparativo de atributos físicos e de tratamento institucional entre diferentes tipos de sítios em municípios de duas regiões arqueológicas da Paraíba, a saber, Seridó e Curimataú, tendo como referência o sítio Itacoatiaras do Rio Ingá, considerado pelos autores o sítio com melhor aproveitamento nos moldes propostos aqui.

Antes de avançar, porém, convém destacar que este artigo se apresenta mais como uma proposta inicial de análise e de criação de categorias analíticas capazes de avaliar o potencial de musealização de sítios arqueológicos a céu aberto. Esta proposta parte de um contexto arqueológico regional conhecido pelos autores que, em suas experiências de campo, observaram determinados aspectos positivos e negativos para o aproveitamento de sítios arqueológicos no que se refere ao uso público e social. Convém

ainda salientar que o conceito de musealização, que aqui não será esgotado, é entendido como um processo científico que demanda um conjunto de atividades administrativas e técnicas no contexto do museu e também fora dele (no caso de musealização *in loco*). Tais atividades técnicas estão vinculadas ao processo curatorial, de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural (Bruno 2005; Cury 2009; Desvallées & Mairesse 2013).

Materiais e métodos

Apesar dos registros oficiais apresentarem cadastro inferior a duas centenas de sítios arqueológicos (Centro Nacional de Arqueologia 2014), o estado da Paraíba tem um número muito superior, tanto em quantidade como em diversidade, conforme aponta o arqueólogo Juvandi de Souza Santos em comunicação pessoal² (Fig. 1).

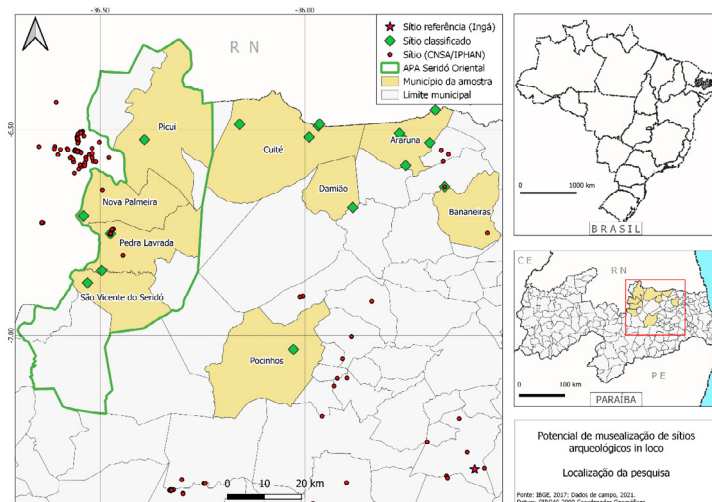


Fig. 1. Localização da pesquisa.

Fonte: Elaboração dos autores.

1 Conquanto na plataforma do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tenhamos um número bastante reduzido de sítios (296) cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) para o estado da Paraíba, com base nos levantamentos dos autores, é possível afirmar que esse número já ultrapassou mais de mil, sendo sua maior parte sítios do tipo rupestre (gravura e pintura), condição que aumenta a possibilidade de aproveitamento *in loco*.

2 Considerando registros dos períodos histórico e pré-histórico, é possível estimar que esse total esteja próximo de 2 mil sítios arqueológicos. Com efeito, as atividades de levantamento arqueológico no âmbito do projeto de criação da Área de Proteção Ambiental do Seridó Oriental da Paraíba, em curso, já registraram cerca de 300 sítios somente nos municípios que fazem parte da proposta, e estima-se que esse número poderá aumentar ainda mais, tendo em vista que as buscas continuam.

Para efeitos de comparação, tomou-se como parâmetro um sítio tombado oficialmente como patrimônio cultural em 1944, amplamente conhecido e estudado, a saber, Itacoatiaras do Rio Ingá, localizado no município de Ingá, na região

do agreste paraibano (Fig. 2). Um sítio fora das áreas de interesse desse texto, mas que em certa medida pode ajudar na compreensão dos critérios aqui adotados, especialmente por apresentar tanto material móvel como evidências *in loco*³.



Fig. 2. Sítio arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá.
Fonte: Acervo pessoal.

A escolha por esse sítio se deu porque ele apresenta características físicas desejáveis do ponto de vista do aproveitamento *in loco*. Trata-se de um sítio predominantemente rupestre (gravuras), e um intenso processo de estudo foi realizado desde sua descoberta por diferentes autores.

No caso específico desse sítio, tomado como referência no comparativo, é justo afirmar que ele foi submetido a um intenso e proveitoso processo de musealização, considerando os parâmetros aqui adotados: os artefatos coletados em sua escavação estão acomodados em um centro de exposição contíguo ao próprio monumento, e este desenvolve a função de grande painel de exposições ao ar livre, dispondo ainda de uma adequada infraestrutura

que possibilita uma visitação segura e imersiva no ambiente arqueológico.

Tendo como referência o sítio mencionado, foi construída uma planilha com 14 atributos físicos e de tratamento institucional (Tabela 1), e os sítios selecionados foram inseridos e classificados com pesos de 0 a 2, em que 0 é a menor nota e 2 a maior. Da soma dos diferentes pesos foi obtida uma média aritmética que indica uma suposta maior *aptidão* de cada sítio analisado para uma possível musealização *in loco*.

3 O sítio Itacoatiaras do Rio Ingá apresenta espaço de visitação guiada a céu aberto e conta com um prédio construído em área contígua, com exposição permanente de material arqueológico oriundo das imediações e de outros sítios, incluindo ainda material paleontológico.

Atributo	Peso		
	2	1	0
Distância da cidade mais próxima	até 5 km	de 5 a 15 km	acima de 15 km
Estado de preservação	Bom	Regular	Ruim
Visibilidade dos vestígios	Alta	Média	Baixa
Necessita de intervenção	Não	Desejável	Sim
Tipo de intervenção	Limpeza/cercamento	Estruturas	Escavação
Classificação de acesso	Fácil	Médio	Difícil
Tipo de acesso	Pavimentado	Misto	Não pavimentado
Trilha (caminhada)	até 1 km	de 1 a 2 km	acima de 2 km
Contexto arqueológico	Forte	Médio	Fraco
Estudos realizados	Sim	Em estudo	Não
Acessibilidade (PNE)	Sim	Em estudo	Não
Órgão de patrimônio cultural	Sim	Em estudo	Não
Turismo no município	Sim	Em estudo	Não
Museu no município	Sim	Em estudo	Não

Tabela 1. Atributos de referência e pesos utilizados na classificação de sítios para musealização *in loco*.

Fonte: Elaboração dos autores.

Para a construção do comparativo foram utilizadas informações espaciais obtidas em registros pessoais dos autores e na plataforma do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e conjugadas com estudos e visitas presenciais em diferentes momentos nos sítios selecionados. A seleção usou como critério primário o conhecimento obrigatório de cada unidade avaliada por pelo menos um dos autores, tendo em vista que algumas informações físicas só eram possíveis mediante visita técnica.

Os dados dos sítios foram inseridos no software de geoprocessamento QGIS (versão 3.10.4) e, a partir dos pontos, foram calculadas distâncias e relações com demais sítios cadastrados no entorno, oficiais ou de conhecimento dos autores.

Como um dos critérios é a distância entre o sítio e um local urbanizado, com base nas coordenadas geográficas foram calculadas rotas partindo da cidade mais próxima até o ponto em que a porção de caminhada fosse a menor possível. A classificação do acesso entre fácil e difícil foi baseada na percepção e experiência dos autores e considerou como peso a qualidade

das vias, com possibilidade de deslocamento por automóvel e o tipo de trilha necessária após esse trecho.

O acesso por caminhada foi considerado com peso próprio, sobretudo tomando as distâncias como balizadoras desse deslocamento necessário, complementado pelo grau de dificuldade suposto para o conjunto (estrada/trilha).

Partindo da ideia de que a interação dos visitantes com os vestígios e o ambiente se dá majoritariamente de forma sensorial (com destaque para a visão), foi considerado o estado de preservação dos vestígios, bem como sua visibilidade. Evidências mais bem preservadas consequentemente podem possibilitar um melhor entendimento por parte do visitante, sobretudo quando consideramos painéis rupestres, por exemplo.

Outro ponto considerado importante na classificação foi a necessidade ou não de algum tipo de intervenção, sem a qual não seria possível o aproveitamento do público. Nesse caso, estamos falando da necessidade, por exemplo, de escavação, plataformas de acesso, guarda-corpo, proteção de intempéries etc. Assim, sítios que necessitam

de maiores intervenções terminam por receber notas menores em oposição a sítios que não as requerem para seu aproveitamento museal.

Considerando que o sítio analisado requer obrigatoriamente um contexto arqueológico para seu melhor entendimento, outro critério foi a existência ou não de outros sítios nas proximidades (em um raio de até 2 km). Um sítio com relações de proximidade com outros assentamentos recebe maior peso do que sítios que não apresentam essa característica – mesmo que não haja uma ligação conhecida do ponto de vista cultural e/ou tecnológico, por exemplo. Se o sítio em questão recebeu estudos e foi gerado algum tipo de conhecimento que poderá servir à musealização no local, sua nota será maior do que aqueles sítios que foram apenas primariamente levantados, os quais, por sua vez, receberão notas maiores do que aqueles que não foram estudados em nenhuma medida.

Outro critério importante na esteira da inclusão do maior número de pessoas foi o de acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou com deficiência específica. Nesse caso, optou-se por considerar fatores como dificuldade de acesso (se há trechos irregulares e/ou se é necessário escalada, por exemplo), se o sítio em questão já está dotado de algum tipo de estrutura adaptada, se está apto a recebê-la, ou ainda se o município dispõe de algum equipamento/veículo (cadeiras de rodas especiais tipo Joëlette, bicicletas adaptadas etc.⁴) para suprir tais demandas.

Assim, a inclusão de assistência a PNE pode trazer outra dimensão para o sítio musealizado, inferência que se dimensiona para outras instituições e espaços de decisão, os quais envolvem critérios técnicos e normativos diferentes, sobretudo o exercício político de inclusão de uma modalidade diferenciada dentro de uma atividade pouco incentivada no Brasil, a saber, a visita a museus tradicionais.

4 Em 2018, o município de Araruna implementou uma ação piloto com base no projeto Montanha para Todos, em que utilizava uma cadeira especial chamada Juliatti (Joëlette), levando uma criança portadora de necessidades especiais ao Parque Estadual da Pedra da Boca, incluindo um rapel guiado no roteiro de visita ao geossítio. Sobre a cadeira Juliatti, ver: <https://bit.ly/3ilDjZ8>

Decidiu-se também por considerar a existência ou não de órgão de patrimônio cultural no município sede. É razoável supor que municípios que tenham alguma oficialização na gestão dessa área, como uma secretaria ou conselho, apresentem maior chance de aproveitar essa possibilidade de uso.

Um fator também escolhido na classificação foi a existência no município, mesmo que de forma não oficial, de prática de turismo, urbano ou rural (turismo de aventura, de natureza, de contemplação etc.). Municípios que já apresentam esse aproveitamento recebem maior nota, em detrimento de municípios onde essa prática não existe.

Por fim, se o município apresenta museu e/ou casa de memória, receberá uma maior nota em prejuízo daqueles que não possuem esse equipamento. Supõe-se que a existência desse tipo de aproveitamento do passado pode contribuir para o fortalecimento e valorização de uma noção histórica e até mesmo de pertencimento a uma cultura e/ou localidade.

Um dos critérios desejáveis inicialmente foi o de relevância científica, mas como se supõe haver um grau elevado de subjetividade nessa classificação, tendo em vista a notável falta de estudos arqueológicos na esfera estadual, optou-se por não o utilizar nesse momento.

Como se pode observar, a maior parte dos critérios físicos é objetiva e se baseia em características ditadas sobretudo pela localização dos sítios. Alguns critérios como a classificação do acesso e/ou visibilidade dos vestígios, podem sugerir maior grau de subjetividade, uma vez que amparados nas observações dos pesquisadores que registraram tais evidências de acordo com sua percepção sensorial, equipamentos e experiências.

Resultados e discussão

Tendo como referência o sítio Itacoatiaras do Rio Ingá, os resultados alcançados na classificação indicam uma maior relevância para sítios que mais se aproximam de um padrão suposto como ideal: próximos de cidades, com acesso pavimentado, trilhas curtas,

boa visibilidade dos vestígios, fácil acesso, com contexto arqueológico forte.

Em oposição, os sítios com a menor aptidão para a musealização no local conformam um cenário pouco desejável:

muito distantes de cidades, de acesso precário, trilhas longas e terreno muito acidentado, vestígios com baixa visibilidade ou não expostos, com fraco ou nenhum contexto arqueológico conhecido.

Sítio	Município	Tipo	Subtipo	Nota	%	Potencial
Itacoatiaras do Ingá*	Ingá	Rupestre	Gravura	1,9	92,9	Muito alto
Serra Verde w1	Araruna	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Pedra do Letreiro	Araruna	Rupestre	Pintura	1,5	75	Alto
Umari	Bananeiras	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Poço da Nêga	Cuité	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Pedra de Retumba	Pedra Lavrada	Rupestre	Misto	1,5	75	Alto
Amargoso 2	Araruna	Rupestre	Pintura	1,4	71,4	Alto
Cachoeira do Pedro	Picuí	Rupestre	Gravura	1,4	67,9	Alto
Serra Verde 3	Araruna	Rupestre	Pintura	1,3	64,3	Alto
Camareira	Nova Palmeira	Rupestre	Pintura	1,2	60,7	Alto
Boqueirão do Japi	Cuité	Rupestre	Pintura	1,1	57,1	Médio
Proveito	São Vicente do Seridó	Rupestre	Gravura	1,1	53,6	Médio
Anafê	Araruna	Rupestre	Pintura	1,0	50,0	Médio
Tambor	Cuité	Cerâmico	Cemitério	0,9	46,4	Médio
Morcego	São Vicente do Seridó	Rupestre	Pintura	0,9	42,9	Médio
Japi II	Cuité	Lítico	Lascado	0,7	35,7	Baixo
Pedra do Tubarão	Pocinhos	Rupestre	Pintura	0,6	32,1	Baixo
Serra do Inhahim	Damião	Rupestre	Pintura	0,5	25,0	Baixo

Tabela 2. Classificação da amostra.

Fonte: Elaboração dos autores.

* Sítio referência

Na classificação, o sítio referência (Itacoatiaras do Ingá) manteve sua posição de destaque, recebendo uma nota bastante próxima do cenário – segundo essa classificação, ideal ou mais apropriado/ apto (2,0) –, seguido por sítios em diferentes municípios (Curimataú ou Seridó), sendo Serra Verde 1 e Pedra do Letreiro em Araruna, Umari em Bananeiras, Poço da Nêga em Cuité e Pedra de Retumba em Pedra Lavrada, todos com nota 1,5 (ou 75%).

Apesar da classificação apresentar um escalonamento regular, com pouca variação entre sucessores, é possível distinguir um segundo grupo com notas bastante próximas do primeiro (1,5), entre 1,28 e 1,42, e

uma diferença entre os extremos bastante significativa, da ordem de 1,4 pontos (67,9%).

De forma destacada no pior cenário para musealização, aparece o sítio Serra do Inhahim, localizado no município de Damião, região do Curimataú (**Fig. 3**). Apesar de ser um sítio com alta relevância arqueológica, com pinturas da tradição Agreste em ótimo estado de preservação e alta visibilidade, apresenta condições ruins de acesso e necessidade de estruturas de proteção (plataformas e guarda-corpo). Além disso, requer um deslocamento longo por estrada carroçável precária (7,2 km) e precisa ser complementado por uma trilha de 1,2 km, com escalada na porção final. Somado a isso, temos um cenário institucional

que pouco contribui para seu aproveitamento, tendo em vista que o município não tem equipamentos públicos voltados ao patrimônio arqueológico e não está estruturado para receber turistas, apesar de haver munícipes

voluntários interessados em apoiar essa prática. Esse é um exemplo de situações existentes, em que, para cada um dos locais analisados, pode ser elaborado um quadro de conflitos, impasses e alternativas.



Fig. 3. Vista parcial do sítio arqueológico Serra do Inhanhim.

Fonte: Acervo pessoal.

Outros dois sítios chamaram a atenção para sua classificação mediana/ruim no comparativo: Morcego (**Fig. 5**) e Pedra do Tubarão, nos municípios de São Vicente do Seridó e Pocinhos, respectivamente. Esses dois sítios apresentam alta relevância arqueológica e relativo estado de conservação, mas perdem nota nos quesitos de distância e acessibilidade, por exemplo. Ambos necessitam de grandes deslocamentos, sobretudo o sítio Pedra do Tubarão (8 km de trilha difícil). Além disso, estão em municípios com baixo investimento em turismo e órgãos de cultura para lidar com esse tipo de patrimônio.

A princípio, supúnhamos uma melhor classificação para o sítio Boqueirão do Japi, localizado no município de Cuité (**Fig. 4**). Conquanto apresente um significativo grau de importância para arqueologia da Paraíba (tradições Agreste e Nordeste), especialmente por fazer parte de um complexo de sítios rupestres situado na divisa com o Rio Grande do Norte e estar em processo de socialização física de forma institucional (por meio do Iphan), acabou recebendo uma nota surpreendentemente baixa (1,14 ou 57,1% da nota máxima possível) quando comparado ao complexo vizinho, Poço da Nêga, localizado a apenas 640 metros, embora a cidade mais próxima seja Japi/RN.

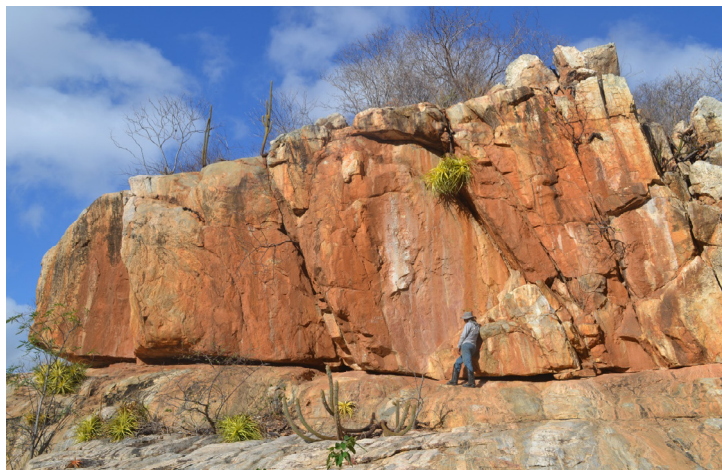


Fig. 4. Aspecto do sítio arqueológico Boqueirão do Japi.
Fonte: Acervo pessoal.

Há um destaque positivo para os municípios de Araruna e Pedra Lavrada, em que a presença de órgão de cultura, museu e turismo, desenvolvido ou em implantação, contribuíram significativamente, sobretudo no caso de Araruna, mesmo tendo sítios distantes da cidade e com grau de visibilidade regular para alguns deles. Pedra de Retumba (Fig. 6), mesmo não tendo acesso calçado, conseguiu uma nota semelhante a Araruna, dada a sua pequena proximidade com os limites da sede municipal.

Os critérios que parecem ter feito diferença significativa na média foi a necessidade de intervenções arqueológicas e de adaptações estruturais para acesso dos visitantes. Aqueles sítios que estão “enterrados” e que, dessa maneira, precisam de escavações e estudos para revelar seus vestígios, apesar de sua relevância arqueológica – como o sítio Tambor (tradição tupi) e/ou Japi II (sítio lítico) –, mesmo atendendo a outros critérios como proximidade ou fácil acesso, ainda assim ficam com notas abaixo da maioria.



Fig. 5. Painel principal do sítio rupestre Morcego.
Fonte: Acervo pessoal.

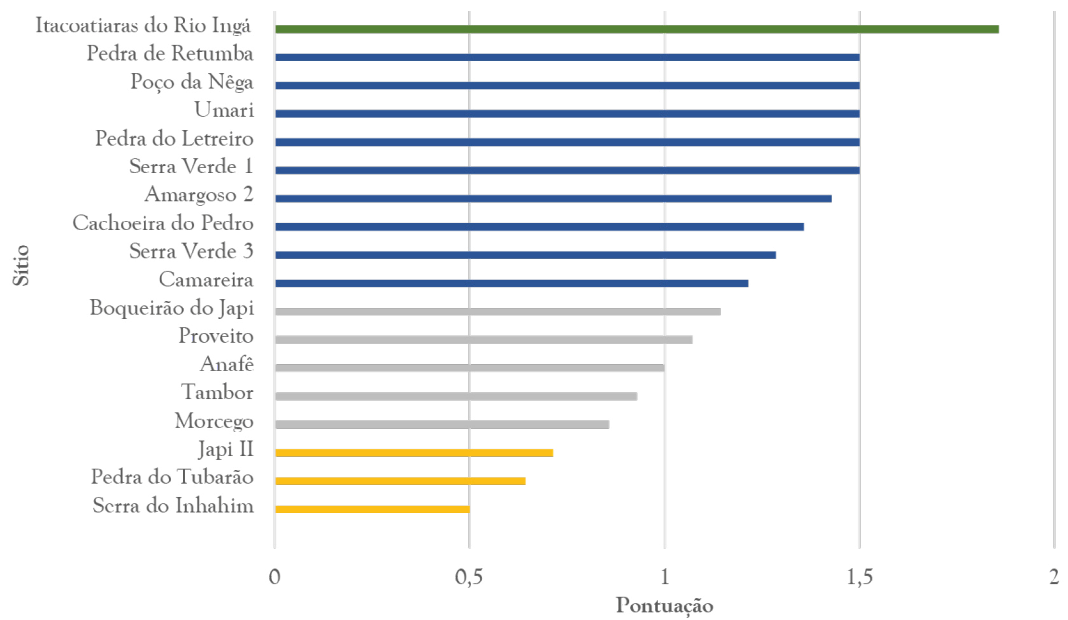


Gráfico 1. Potencial de musealização *in loco* (Curimataú e Seridó/PB).

Fonte: Elaboração dos autores.



Fig. 6. Vista parcial do sítio arqueológico Pedra de Retumba.

Fonte: União Caatinga (2020).

Considerações finais

Apesar da amostra analisada ser pequena, nosso experimento parece ter conseguido apontar um rumo claro sobre sua capacidade de obter respostas, se mostrando uma ferramenta de baixo investimento e de fácil uso, especialmente se ampliada e adaptada a diferentes contextos arqueológicos.

Uma vez constatada a predominância teórica de sítios rupestres sobre os demais tipos, aliada ao fato de, em sua maioria, estarem associados a cursos d'água, em formações rochosas com baixo ou inexistente acúmulo de sedimentos, sua capacidade informativa está essencialmente atrelada a vestígios imóveis. Desse modo, o que poderia ser pensado como uma deficiência informativa, permite enxergar a ausência de mobiliário passível de musealização extrassítio, como um fortalecedor dos argumentos de aproveitamento no próprio local.

Pode-se supor que sítios com necessidade de escavações apresentem maior grau de dificuldade de socialização no local, tendo em vista que, dependendo do tipo de material encontrado na estratigrafia, obrigatoriamente precisará de tratamento e conservação fora do sítio, especialmente se fragilizado quando exposto a intempéries e ações geoquímicas. Além disso, artefatos com maior apelo cênico (urnas funerárias, artefatos polidos, lascados etc.) podem sofrer ações antrópicas destrutivas, como vandalismo, saques etc. Uma possível saída para minimizar tais ações e permitir uma experiência sensorial mais profunda seria expor nos locais escavados réplicas do material coletado, por exemplo.

Sítios a céu aberto que não necessitam de escavações e estruturas especiais e/ou dispendiosas, dado o contexto precário de gestão desse tipo de patrimônio, podem ser a alternativa mais viável do ponto de vista de um aproveitamento mais imediato e inclusivo, podendo servir de piloto para aqueles que supostamente são menos aptos a receber visitas.

Dentre outros benefícios da musealização *in loco*, está um melhor uso das percepções sensoriais por parte dos visitantes. Uma vez no sítio, ao visitante é possibilitada uma imersão

simbólica no mesmo ambiente – que foi palco das transformações que hoje percebemos como vestígios arqueológicos, o que pode permitir acionar outros órgãos dos sentidos além da visão, como o olfato, o tato, a audição. O esforço físico, o envolvimento da vegetação, dos sons, dos cheiros, das texturas e, até mesmo, a sensação térmica no momento da visita, podem contribuir para uma ressignificação dos espaços e das transformações antrópicas, consubstanciando o passado em uma noção histórica e social de forma autônoma.

Outro benefício no horizonte dessa proposta é o de geração de renda, uma vez que haveria a necessidade de adaptações estruturais, mesmo que pequenas, de condutores e guias, transporte etc., fortalecendo setores da economia associada a esse tipo de aproveitamento, inclusive de práticas culturais já existentes no município, como artesanato e gastronomia.

A implementação de estudos de viabilidade técnica de musealização de sítios a céu aberto passa também pela absorção de mão de obra qualificada, tanto da arqueologia quanto da museologia, caso alguns municípios decidam pela iniciativa privada.

Há pontos negativos que precisam ser considerados em atividades de socialização de monumentos arqueológicos. Uma vez que sítios antes não abertos à visitação estavam de certa forma “protegidos”, ao se tornarem ambientes de visitação pública podem sofrer com ações agressivas de determinados visitantes, colocando em risco a conservação de seus vestígios. Ações educativas sobre patrimônio são de extrema relevância para evitar ou diminuir tais efeitos.

A própria planilha de classificação aqui proposta apresenta limitações, como a homogeneização ou mesmo simplificação de critérios, dada a quantidade de variáveis disponíveis em cada rubrica analisada. Da mesma forma, é preciso considerar a limitação das informações disponíveis em alguns critérios, sobretudo aqueles ligados a questões institucionais, além das possíveis distorções subjetivas de cada pesquisador envolvido.

Uma das saídas para calibrar a ferramenta de modo a abranger a maior quantidade de

situações possíveis é aumentar a amostra, reunindo as inúmeras variações de cada tema para construir, assim, noções menos generalizantes e mais abrangentes, o que evitaria classificações empobrecedoras e irreais.

No que diz respeito às limitações que a ferramenta tem e que pode apresentar em amostras maiores, seu emprego pode auxiliar municípios que apresentam sítios arqueológicos em grande quantidade e diversidade, especialmente aqueles que não contam com museus no sentido tradicional.

A aplicação da chave de classificação pode servir como elemento central para avaliar, implementar ou acentuar a movimentação em prol das questões relativas a políticas públicas, voltadas ao aproveitamento social do patrimônio cultural. Nesse sentido, a musealização de sítios arqueológicos a céu aberto abrange movimentações necessárias em torno da gestão compartilhada dos bens culturais.

Esse tipo de compreensão sobre um bem de interesse difuso atribuí ao poder público e à sociedade civil a necessidade de estabelecer diálogos proativos para identificação, documentação, proteção e promoção dos sítios arqueológicos, por meio de sítios musealizados *in loco*. O grande debate no país sobre gestão do patrimônio cultural passa pela inclusão da sociedade civil nesse processo. Nesse sentido, a chave de classificação de

potencial já poderia direcionar onde estão os maiores conflitos e impasses, como é possível deduzir a partir da amostra analisada, sendo eles (1) a necessidade de pesquisas acadêmicas; (2) a governança para gestão do patrimônio cultural nas esferas municipal e estadual; e (3) os espaços de decisão, como conselhos e comitês.

Acerca do primeiro ponto, cabe realizar levantamentos pormenorizados sobre as perspectivas de universidades implementarem projetos de pesquisas arqueológicas na região e executarem um programa de gestão integral, incluindo a comunidade local, como artesãos, guias e condutores, donos de restaurante etc. O segundo e o terceiro ponto remetem ao fato da necessidade da comunidade e diversos segmentos expressivos no município serem ouvidos e consultados atentamente, considerando ainda que essa escuta seja feita em espaços de formulação de políticas públicas deliberativos, consultivos e propositivos.

Esse tipo de perspectiva possibilita colocar as partes interessadas e necessárias para refletirem sobre a gestão do patrimônio cultural. Sob diversos aspectos, é possível afirmar que o patrimônio gera conflitos. Nesse entendimento, a formação ou fortalecimento de espaços verdadeiramente democráticos confere ao projeto um exercício de cidadania patrimonial que pode auxiliar na construção participativa do passado.

ROSA, J.H.; SANTOS, J.S. Potential of use of archaeological sites for musealization *in loco*: case study in Curimataú and Seridó in the state of Paraíba. R. Museu Arq. Etn. 39: 156-169, 2022.

Abstract: This text aims to discuss perspectives for evaluating the potential for the creation of open-air archaeological museums, proposing as a tool a preliminary classification key based on physical and institutional aspects, which assesses the responsiveness to proposals for musealization of sites in its own implantation site using as partial sample two archeological regions, Curimataú and Seridó, located in the north-northeast of the State of Paraíba. The tool uses 14 basic aspects, which are classified according to weights from 0 to 2 and that, once combined, result in a score supposedly indicative of the greater or lesser adequacy of the analyzed sites in receiving interventions for musealization *in loco*. The result obtained in this initiative indicated that of the 17 classified sites, 53% had high potential, 29% medium, and 18% low, with no site appearing in

the extremes of “very high” and “very low” potential. The text also points out that this proposal was able to diagnose strengths and weaknesses considering basic characteristics and of easy access to managers and interested professionals.

Keywords: Musealization *in loco*; Archaeology; Curimataú; Seridó.

Referências bibliográficas

- Bruno, M.C.O. 2005. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (31), 235-247.
- Bruno, M.C.O. 1995. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Parapanema*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cury, M.X. 2009. Museologia, novas tendências. In: Granato, M.; Santos, C.P.; Loureiro, M.L.N.M. *Museu e museologia: interfaces e perspectivas*. Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 25-42.
- Desvallées, A.; Mairesse, F. 2013. *Conceitos-chave de museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.
- Funari, P.P. 2002. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: Zarankin, A.; Senatore, M.X. *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discussões e práticas*. Ediciones del Tridente, Buenos Aires, 107-116.
- Gusmão, R.C.S. 2013. *Olhar museológico para a arqueologia: potencialidades de musealização do sítio Engenho Murucutu em Belém/PA*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Centro Nacional de Arqueologia. 2014. Bancos de dados: Patrimônio Arqueológico. Disponível em: <https://bit.ly/3V5FFcU>. Acesso em: 22/06/2021.
- Vieira, F.C.C.; Carmo, S.S. 2019. A arqueologia vai ao museu: interfaces entre Museologia e arqueologia nos cursos de graduação e pós no Brasil. In: *Anais do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico*, 2019, Rio de Janeiro.
- União Caatinga. 2020. Pedra de Retumba. Disponível em: <http://www.uniaocaatinga.com.br/>. Acesso em 16/05/2021.
- Wichers, C.A.M. 2008. A interface museologia-arqueologia: elos e lacunas. In: Workshop ICOFOM LAM, 2008, Rio de Janeiro.